



Número: **0812862-77.2017.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSENILDO FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		ITAMAR OLIMPIO DE VASCONCELOS MAIA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52326738	13/01/2020 18:09	<a href="#">2610036_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_SENTN ECA 1a.INSTANCIA 01</a>	Outros documentos



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08038922020198205001

**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **JOSENILDO FERREIRA DA SILVA**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

Consubstanciado no artigo 1022, da Lei Adjetiva Civil, consoante os motivos de fato e de direito que passa a aduzir:

Na d. sentença exarada pelo Eminentíssimo Magistrado, verifica-se grave CONTRADIÇÃO, que deve ser suprida ou sanada por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado, com relação ao valor a ser aplicado a título de honorários advocatícios. Nesse sentido, o disposto no artigo 85, §2º do Código de Processo Civil/2015, *verbis*:

***“Art. 85- A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.***

***§2º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos(...)”***

Ressalta-se, que o §2º do dispositivo legal versa sobre a porcentagem máxima e mínima dos honorários o que, na presente hipótese, não ocorreu, pois, a sentença condenou a Embargante em porcentagem SUPERIOR à prevista no artigo. Vejamos:

No que tange as verbas sucumbenciais, já que o pedido inicial foi da condenação de valor complementar até o alcance do teto da tabela legal e a condenação foi em valor inferior, haverá sucumbência recíproca (art. 86, CPC). Condeno as partes ao pagamento das custas processuais, sendo 10% (dez por cento) para o réu e 90% (noventa por cento) para o autor, bem como condeno as partes ao pagamento de honorários advocatícios, fixados estes no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).



Diante do exposto, merece ser sanada a contradição acima mencionada, motivo pelo qual o presente recurso deve ser acolhido.

### **CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, espera e confia a Seguradora Embargante sejam acolhidos os presentes Embargos de Declaração, para fins de que seja sanada a contradição acima apontada, na forma das razões expendidas, para que a condenação da verba sucumbencial seja de **10% sobre o valor da condenação**.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 7 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**

